

A LÓGICA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ADMINISTRADAS POR INSTITUIÇÕES MILITARES BRASILEIRAS

Daniel Ferreira da Silva

(Zootecnista – Mestre em Extensão Rural – Professor Assistente da UFVJM, BRASIL
daniel@fafeid.edu.br)

Fábio Farias Mendes

(Historiador – Doutor em Ciências Políticas – Professor Adjunto da UFV, BRASIL)

Cyntia Meireles de Oliveira

(Engenheira Agrônoma – Mestranda em Extensão Rural – UFV – Bolsista CAPES, BRASIL)

Abstract

Although it occupies small extension of the Brazilian coast, we observed that the population inhabitant of the seaside has an important role in the reproduction in the way of tested agricultural production and adapted by her to the conditions of life of the Atlantic forest, more specifically in the Island of Marambaia in the municipal district of *Mangaratiba*, located in the south coast of the State of *Rio de Janeiro*. In this descriptive exploratory research, the institutional influences will be analyzed on the culture and production inhabitant's of the seaside way tends as focus the activity of animal production, more specifically *Mitilicultura* and the *Beekeeping*. Therefore, to present research he has the intention of understanding the beginnings that characterize the culture inhabitant of the seaside giving emphasis to the different forms of agricultural production adopted by these social actors inserted in the territorial and social context in the Island of *Marambaia*.

1. Introdução

Este trabalho analisa intervenções que, ao invés de contribuírem para o desenvolvimento local sustentável em todas as suas vertentes, quais sejam, de natureza social, econômica e ambiental, vem valorizando mais o último em detrimento dos demais e, ao mesmo tempo, evidencia como as comunidades tradicionais por meio de suas formas de resistência e reprodução se colocam frente ao processo de exclusão desse tipo de intervenção.

Especificamente, toma-se como objeto de estudo a limitação do uso dos recursos naturais imposta por instituições militares brasileiras às comunidades pesqueiras da Ilha da Marambaia e os conflitos advindos deste tipo de intervenção coercitivo; objetivamente, este trabalho delimita-se de um lado, no sentido de descrever e analisar a lógica dos sistemas agrícolas tradicionais de produção e de outro, em

analisar suas inter-relações com instituições e agentes externos e, suas conseqüências para a reprodução do grupo.

Assim, busca-se com este trabalho, compreender os princípios que caracterizam a cultura caiçara, dando ênfase às diferentes formas de produção agrícola adotadas por estes atores sociais inseridos em um dado contexto territorial e social. Ressalte-se que, apesar de ocuparem uma pequena extensão do litoral brasileiro, a população caiçara, faz parte de um grupo maior denominado pescadores artesanais, tendo um importante papel na reprodução do modo de produção agrícola testada e adaptada por eles às condições de vida da Mata Atlântica, mais especificamente, da Ilha da Marambaia, que se caracteriza como Área de Proteção Ambiental do município de Mangaratiba, situada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro - Brasil.

Para o desenvolvimento deste trabalho combinaram-se técnicas de pesquisa exploratória e descritiva, tendo como métodos de pesquisa a observação participante, o caderno de campo e os questionários para subsidiar a análise das influências institucionais sobre a cultura e o modo de produção caiçara. Os resultados alcançados apontam que a lógica de produção caiçara na Ilha da Marambaia adaptou-se ao longo do tempo, de acordo com as oportunidades abertas por agentes externos a ela.

Quanto à organização dessa comunidade, ressalte-se ainda que, com as ameaças crescentes de expulsão dos moradores da Ilha por instituições Militares como a Marinha do Brasil-CADIM (Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia), sob a tônica de um discurso preservacionista, foram reordenados os conflitos entre os caiçaras, de modo que isso possibilitou a emergência de uma identidade própria e clara de comunidade para o grupo. Esta reorganização foi essencial aos caiçaras para se posicionarem diante das limitações e oportunidades abertas por agentes externos, no sentido de preservarem a sua lógica de produção, tornando-os sujeito do processo, garantindo e valorizando seus conhecimentos de forma autônoma.

Portanto, este estudo demonstra que, apesar da ausência de incentivos que garantam o desenvolvimento de comunidades tradicionais inseridas em áreas de proteção ambiental, há um movimento do próprio grupo, de resistência e reprodução social, apontando, a necessidade de apoio por parte das instituições de intervenção para este segmento.

2. Metodologia

O presente trabalho tem como unidade de análise o núcleo caiçara residente na Ilha da Marambaia, mais especificamente, os que habitam a sua parte oeste. Este trabalho combinou técnicas de pesquisa exploratória e descritiva, segundo Babbie (1983), com o objetivo de gerar dados que permitissem compreender a variedade e complexidade das práticas agropecuárias do grupo caiçara e as influências das instituições que atuaram e atuam na Ilha da Marambaia.

Pelo fato deste trabalho ter assumido um caráter exploratório e descritivo, optou-se pela ausência da explicitação das hipóteses de pesquisa, com base em Lakatos e Marconi (2003), respondendo assim somente as questões norteadoras deste trabalho.

Nesta pesquisa, tivemos dificuldades em encontrar fontes históricas oficiais, além de sistematizar as fontes empíricas adquiridas por meio de entrevistas realizadas com os moradores da Ilha. A partir de então é que surgiu o interesse em aprofundarmos na busca de fontes históricas mais consistentes, que fundamentassem melhor os sistemas de produção animal da Ilha, assim como estudar de que forma as diversas instituições que atuaram e atuam na Ilha vêm influenciando a lógica produtiva dos caiçaras da Marambaia.

Assim procuramos nesta primeira etapa da pesquisa realizar um levantamento das fontes primárias adquiridas nas entrevistas com os caiçaras, livros, ofícios, além de fotos e de fontes secundárias, como jornais, revistas e obras literárias. Analisamos também diversos relatórios e projetos sobre a região da Ilha da Marambaia, mais especificamente, sobre projetos e empreendimentos de produção animal.

Após o levantamento e a sistematização destas informações adquiridas por meio de consulta a acervos particulares, como livros e fontes iconográficas, além de relatos orais, realizamos entrevistas direcionadas para a avaliação do comportamento e práticas das instituições ligadas ao tema, além de entrevistas com representações da comunidade na Ilha.

Num universo de 400 pessoas distribuídas por 89 famílias, selecionamos uma amostra intencional (SELLTIZ *et al.*, 1987) de 10 núcleos familiares, procurando contemplar a diversidade de atores que, direta ou indiretamente, compõem o universo da Ilha: um primeiro conjunto foi composto por membros das famílias caiçaras residentes na Ilha, tanto homens quanto mulheres.

No entanto, privilegiamos três subgrupos: pessoas com longa permanência na Ilha, cuja memória serviu como um importante instrumento para o resgate das técnicas de produção agrícola, assim como para a descrição do sistema sociocultural da Ilha;

indivíduos que incorporaram novas técnicas de produção animal, por iniciativa individual ou de agentes externos; e, finalmente, famílias que, de alguma forma, possuem algum tipo de envolvimento com a associação de moradores da Ilha.

Um segundo conjunto de informantes foi constituído por técnicos da empresa MBR, que coordenou o projeto de Capacitação de Mtilicultores na Ilha; ex-funcionários da antiga Escola de Pesca Darcy Vargas; e pesquisadores da UFRRJ. Tivemos dificuldades em entrevistar oficiais militares da Marinha, por motivo de hierarquia, uma vez que os mesmos alegavam que não estavam aptos a relatar sobre o assunto, quando explicados do que se tratava a pesquisa. Assim, trabalhamos com documentos oficiais – como ofícios e circulares internos da Marinha – como fonte secundária de pesquisa.

Outro tipo de dificuldade encontrada foi o uso de gravadores, pois os entrevistados sentiam-se constrangidos ao falar, pois os mesmos vivem num ambiente de controle social imposto pela Marinha/CADIM. Ao desligar o gravador, a entrevista fluía com maior facilidade; em certo momento, tivemos de entrevistar duas vezes o mesmo informante, por ter percebido que ele não havia falado tudo o que sabia com a utilização do gravador. Realmente, o nosso procedimento foi correto, pois a partir da segunda entrevista foram revelados fatos que antes não tinham sido relatados, sendo estes de grande importância para pesquisa. A partir de então, resolvemos não utilizar o gravador, adotando o caderno de campo para descrever as entrevistas, que eram transcritas logo após o contato com os entrevistados.

Com a finalidade de preservar a identidade dos informantes, neste trabalho decidimos utilizar pseudônimos ou mesmo a descrição da função exercida pelo informante na Ilha. No trecho deste trabalho que utilizarmos as fontes orais dos nossos informantes, fizemos a citação dos pseudônimos como nota de rodapé.

Como método de pesquisa, decidimos utilizar o delineamento observação participante segundo Haguette (1992), além do caderno de campo e dos questionários de pesquisa. Entendemos que a observação participante é uma técnica de coleta de dados cujo sucesso depende de certos requisitos que a distinguem das técnicas convencionais de obtenção dos dados, como o questionário e a entrevista. A idéia é situar os contextos onde as interações ocorrem e por meio dos quais os indivíduos criam valores e se organizam.

Apesar de Haguette (1992) relatar que algumas características são bem marcantes nesse delineamento qualitativo, como a não-utilização de questionários ou roteiro para direcionar a observação, e de que a responsabilidade do seu sucesso está

quase que inteiramente sob responsabilidade do pesquisador, optamos em utilizar os questionários, por considerá-los importantes para a quantificação dos dados do sistema produtivo.

Contudo, outros pontos também foram marcantes em nosso trabalho de observação participante, que até poderiam ser considerados uma desvantagem se não fossem bem trabalhados para minimizar as interferências na execução desse delineamento, como por exemplo, considerar que em certas ocasiões houve uma certa inibição por parte do observado, provocada pela presença de um estranho ao meio – neste caso, o pesquisador, por exemplo. Além disso, por causa de sua extrema flexibilidade, este delineamento é ameaçado constantemente por fatores de ruídos que podem provocar distorções dos próprios dados adquiridos, levando a interpretações errôneas sobre o fenômeno estudado. Desses fatores, podemos-se citar alguns: diferença cultural entre pesquisador e o observado, acentuando a seletividade da observação, que dependendo do quadro de referência ou do tipo de treinamento recebido pelo pesquisador; interferência entre pesquisador e pesquisado decorrente de sentimentos de emoções, defesas, etc., o que interferirá no significado e na maneira como ele perceberá a interação humana; tendência em “adequar” o real a suas teorias prévias sobre o fenômeno; e, finalmente, o seu comportamento humano que pode conduzi-lo a juízos de valores que venham a prejudicar não só a sua coleta de dados, como a sua análise e interpretação.

A fim de contornar esses fatores de ruído do delineamento de observação participante, procuramos analisar os dados mediante a tabulação dos questionários, após a separação das categorias e agregação das questões equivalentes, observando os padrões das respostas. Aquilo que fugiu ao padrão foi analisado mais detalhadamente, por comparação com outras questões dos questionários e por confronto com as evidências do caderno de campo.

3. Resultados e Discussão

Os resultados alcançados apontam que a lógica de produção caiçara na Ilha da Marambaia adaptou-se ao longo do tempo, de acordo com as oportunidades abertas por agentes externos a comunidade. Quanto à organização dessa comunidade, ressalte-se ainda que, com as ameaças crescentes de expulsão dos moradores da Ilha por instituições Militares como a Marinha do Brasil-CADIM, sob a tônica de um discurso preservacionista, foram reordenados os conflitos entre os caiçaras, de modo que isso possibilitou a emergência de uma identidade própria e clara de comunidade para o

grupo. Esta reorganização foi essencial aos caiçaras para se posicionarem diante das limitações e oportunidades abertas por agentes externos, no sentido de preservarem a sua lógica de produção, tornando-os sujeito do processo, garantindo e valorizando seus conhecimentos de forma autônoma.

Para compreendermos esta abordagem apresentaremos este trabalho subdividido em tópicos de modo a apresentar de forma clara a constituição dos caiçaras da Ilha da Marambaia, assim como as formas de intervenção militar e sua concepção de relação com a comunidade da Ilha.

3.1. Cultura caiçara: entre a pesca artesanal e a agricultura de subsistência

A terminologia caiçara vem do tupi-guarani *caá-içara*, o homem do litoral. Entretanto, para os habitantes do litoral o termo caiçara significava as estacas fincadas no Mar para formação de pesqueiros. Com o passar do tempo o termo também foi estendido para denominar as casas de pau-a-pique, assim como as palheiras construídas próximo ao mar, onde seus moradores fixavam residência e guardavam os apetrechos de pesca.

Atualmente a população tradicional caiçara possui traços visíveis de comunidades tradicionais rústicas semelhantes às encontradas no momento da formação das comunidades litorâneas após a colonização portuguesa. Fazendo parte das culturas litorâneas brasileiras, os caiçaras representam um forte elo entre o homem

e seus recursos naturais, gerando um raro exemplo de comunidade em relativo

equilíbrio com o seu ambiente (BEGOSSI, 2001).

No entanto, concordamos com Setti (1985:105), que explicita a existência de diversas controvérsias entre uma delimitação clara da definição de caiçara pelos próprios moradores destas regiões, como foi observado em Ubatuba/SP, uma vez que os habitantes se percebem como caiçaras na medida em que admitem ser assim designados, porém não se autodefinem como tal; ao contrário, se autodenominam ubatubano, ou praiano. Assim ocorre na Ilha da Marambaia, onde seus habitantes utilizam a denominação Caiçara, quando abordados por atores externos além de Ilhéus e, ou, Pescadores e, mais recentemente de Quilombolas¹.

Na Ilha da Marambaia, as autodefinições são adotadas conforme o momento político por que passam os ilhéus, pois atualmente, quando perguntados como eles se definem, o discurso é quase sempre o mesmo: “sou quilombola”. Vale ressaltar que, assim como a denominação externa e acadêmica de “caiçaras”, o termo quilombola foi introduzido nessa comunidade por agentes externos, como a ONG Koinonia, que neste caso vem articulando junto a Fundação Zumbi dos Palmares e no Ministério Público, o título de “terras de uso comum” na categoria “terras de preto” para a comunidade da Ilha da Marambaia, definindo-os como remanescentes de quilombo.

Esta atual definição – Quilombola, Caiçaras, descendentes da escola de pesca – funciona na Ilha da Marambaia como uma certa hierarquia social: atualmente os autodenominados quilombolas têm um prestígio político frente aos atuais acontecimentos de reivindicação de parte do território da Marambaia para a utilização como uso comum.

Dentro desta contextualização onde se insere todo um debate de denominação política de uma comunidade tradicional, destacamos a definição cultura caiçara como sendo um conjunto de conhecimentos adquiridos no campo da pesca artesanal, no plantio e na criação de animais essencialmente para a subsistência. Em regiões litorâneas da Mata Atlântica do Sudeste do Brasil, Silva (1989:42) deixou claro que é “muito difícil classificar o pescador-lavrador como um agricultor que pesca, ou um pescador que planta, pois a tradição do trabalho agrícola e do trabalho na pesca são da mesma intensidade e regularidade”. De acordo com esse autor, o caiçara trabalha com mais de uma atividade de produção; contudo, ela se baseia no ciclo da pesca para nortear as outras atividades. Essa íntima relação entre o homem e os ciclos naturais é

¹ A autodenominação de Quilombolas por parte dos ilhéus da Marambaia baseia-se no recente processo de reconhecimento das terras da Marambaia, via instituições externas, como terras de preto, com o objetivo de garantir aos moradores a posse legal das terras no sistema de “uso comum”.

peculiar de populações tradicionais, em que a natureza é a base concreta para o desenvolvimento das demais atividades.

Em diálogo com um pescador e morador da Ilha da Marambaia, nos foi dito que seu pai, quando vivo, havia desenhado numa pedra no quintal da sua casa, na praia da Kutuca, o ciclo solar em associação com o ciclo da pesca. Sendo que no tempo de entressafra do pescado, o pai deste morador entrevistado voltava-se para outras atividades, como a agricultura e a criação de animais. De acordo com o morador, a técnica funciona da seguinte forma: “a luz do sol passava por uma madeira furada e alcançava a pedra maior. Conforme a inclinação do sol no fim da tarde, a luz incidia sobre um determinado ponto da pedra, que ao longo do ano formava um número oito deitado. Ao longo do circuito do sol na pedra eram desenhados símbolos que significavam que tipo de pescado freqüentaria a Marambaia naquela época”.

Esse fato é um exemplo marcante de que como uma tecnologia adaptada por grupos tradicionais torna-se parte do seu acervo cultural. Entretanto, atualmente, esta tecnologia não é mais utilizada, sendo que a maioria dos jovens pescadores que entrevistamos, nem ao menos conheciam esta técnica.

Entendemos que historicamente, os caiçaras têm sido caracterizados por diversas combinações e ajustamento a circunstâncias ecológicas, sociais e econômicas mutantes. A cultura caiçara e, especialmente, suas práticas produtivas devem ser entendidas a partir de um sentido dinâmico, em que as estratégias econômicas variam em função de maior ou menor envolvimento com mercados e atores institucionais. Analisamos que os constrangimentos, assim como as novas oportunidades técnicas e econômicas interferem decisivamente nas combinações produtivas adotadas pelos caiçaras.

Apesar de muitos autores ressaltarem a condição de isolamento ou semi-isolamento vivido por essas comunidades até meados do século XX, em sua análise, Setti (1985) considera mais prudente analisar o caso caiçara como um isolamento geográfico, relativo e temporário, levando em conta que este nem sempre impõe um isolamento cultural, por conta das relações que são estabelecidas com outras sociedades.

Assim, considerar o caiçara pertencente a uma população conhecedora do meio em que vive e habilitado a dominá-lo de acordo com seus próprios recursos (conhecimento e técnicas adquiridos durante décadas), nem sempre corresponde a realidade, como foi observado por Setti (1985) em Ubatuba/SP.

Por outro lado, nos períodos de dificuldade econômica, principalmente pela dificuldade em vender o pescado, normalmente o caiçara se voltava para outras atividades produtivas como forma de garantir sua subsistência, havendo um retorno para a área rural.

No litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, alguns autores, como Schmidt (1958) e Oliveira, et al. (1994), constataram que as gerações mais recentes estão abandonando as atividades tradicionais, como a agricultura, caça e artesanato, para se dedicarem quase que exclusivamente à pesca. Esse fato, que ocorre nos dias atuais, vem causando um desequilíbrio do bem-estar das populações caiçaras, pois, num momento de crise/estagnação, elas não teriam um suporte técnico para diversificar o seu sistema produtivo, pela falta de continuidade no repasse das técnicas que foram adaptadas ao longo dos anos ao ambiente da Mata Atlântica.

Na década de 1950, caiçaras do norte do litoral paulista foram ameaçados ou até mesmo expulsos por especuladores individuais, que alguns anos mais tarde foram substituídos por empresas de turismo e construção. Esse processo não foi pacífico, tendo envolvido, muitas vezes, violência armada. O resultado foi o esvaziamento dos povoados, além do abandono das atividades tradicionais caiçaras, motivado pelas proibições de acesso aos terrenos agora cercados e, principalmente, pelo impedimento do trânsito e acesso à praia, cultivo do morro e encostas. A maioria migrou para a periferia das cidades litorâneas, passando a viver da pequena pesca artesanal (DIEGUES, 1983).

O desenvolvimento do litoral Sul Fluminense ocorreu de maneira semelhante ao do litoral Norte do Estado de São Paulo. Apesar de sua proximidade física com a cidade do Rio de Janeiro, a região permaneceu relativamente isolada e de difícil acesso, até 1970. Após a construção da rodovia Rio–Santos no litoral Sul Fluminense, em 1971, o acesso ao mercado, assim como a facilidade de deslocamento, abriu novas oportunidades para os caiçaras. As conseqüências dessa abertura da rodovia foram quase idênticas às do litoral norte paulista: invasão do turismo, especulação imobiliária, redução das atividades de artesanato, abandono das atividades agrícolas de subsistência e especialização da atividade pesqueira.

3.2. Instituições, conflitos e estratégias econômicas dos caiçaras na Ilha da Marambaia

Vislumbramos que a utilização do espaço territorial da Marambaia vem gerando diversos debates sobre a sustentabilidade ambiental da Ilha para as atividades

agrícolas e até mesmo militares. Entretanto, destacamos conforme Pondé (1977) que o período de desmatamento mais intenso da Marambaia foi realizado pela instituição Escola de Pesca Darcy Vargas, para adquirir madeira como matéria-prima para manutenção das instalações da escola e dos barcos.

A Marinha/CADIM justifica suas restrições às atividades dos caiçaras usando o discurso de preservação do patrimônio ambiental, alegando que a expansão das atividades agropecuárias destruiria a Mata Atlântica da Marambaia, que pertence a uma Área de Proteção Ambiental. Dessa forma, os moradores vêm procurando alternativas econômicas que evitem confronto direto com a Marinha/CADIM no que se refere à utilização da terra para plantio e criação de animais.

Concordamos com Adams (1996) quando este afirma que ainda não há estudos suficientes sobre os impactos da caça ou das roças caiçaras para fornecer subsídios à questão da permanência ou retirada das populações caiçaras do interior das unidades de conservação de mata atlântica.

Assim as formas de existência das comunidades caiçaras na Ilha da Marambaia, de modo geral, diferem das de outras populações tradicionais do litoral brasileiro por terem sido profundamente marcadas pela presença impositiva do Estado. Se em outras comunidades caiçaras talvez se pudesse falar de uma relativa autonomia e indiferença diante das forças da expansão dos mercados e da intervenção estatal, a análise da trajetória da ocupação da Ilha demonstra que não se pode compreender os modos de agir e pensar dos seus habitantes sem referência às intervenções institucionais poderosas que, durante o século XX, foram decisivas para moldar a paisagem, as relações de poder e a organização social da Ilha.

Podemos vislumbrar aqui, como que em miniatura, os efeitos do macro-processo de *Formação do Estado Moderno* e a intensificação de sua capacidade de intervenção e regulação das rotinas sociais dos mais diversos atores sociais (TILLY, 1975, 1990).

Ao processo de construção do Estado têm correspondido, historicamente, profundas transformações nos modos de relação entre Estado e Sociedade, assim como redefinições e conflitos em torno das obrigações e deveres dos cidadãos. Conflitos, resistência e acomodação têm acompanhado os processos de intrusão do Estado em contextos definidos por estruturas de autoridade e modalidades tradicionais de auto-regulação.

A natureza, os objetivos e a capacidade de penetração e monitoramento das intervenções do Estado moderno também têm variado historicamente. Essas

intervenções poderiam ser, grosso modo, classificadas como *extrativas, regulatórias e redistributivas*. Como exemplo dessas intervenções podemos destacar a sua capacidade de extrair recursos na forma de taxas, tributos ou recursos para o serviço militar; fazer justiça; controlar as fronteiras e fazer a guerra a Estados concorrentes; regular mercados, moedas e medidas; proteger ou utilizar recursos naturais; vigiar e punir grupos sociais perigosos ou indesejáveis; controlar movimentos e identificar cidadãos e não-cidadãos; promover o desenvolvimento econômico através de múltiplos instrumentos de fomento; e promover o bem-estar dos cidadãos, as quais têm sido apenas algumas das modalidades de intervenções regulatórias dos Estados modernos, nem sempre coerentes entre si.

Durante os séculos XIX e XX, o Estado brasileiro ampliou consideravelmente suas capacidades regulatórias, estabelecendo novos limites e oportunidades para os vários atores sociais. Como será visto a seguir, em nosso entendimento, três intervenções institucionais cruciais, com configurações específicas de atores institucionais e dinâmicas de conflito próprias, foram decisivas na trajetória histórica da Marambaia para a conformação da identidade dos caiçaras, dos seus padrões de interação e das suas relações de poder e dominação entre eles. Em cada um dos momentos históricos, a intervenção institucional teve conseqüências importantes para a definição das oportunidades de existência e estratégias econômicas dos caiçaras.

Os impactos causados à cultura caiçara na Marambaia por essas intervenções foram marcantes para a constituição das características socioeconômicas do caiçara da Ilha, sendo esses efeitos observados até os dias de hoje. Podemos caracterizar esses três momentos históricos de intervenção da seguinte maneira: primeiro, com a presença da fazenda escravista dos Breves no século XIX e a sua influência sob a conformação étnica, cultural e social dos ilhéus da Marambaia; o segundo momento histórico se iniciou com a instalação da Escola Técnica de Pesca Darcy Vargas e sua influência sobre os ilhéus; e, finalmente, o terceiro momento, caracterizado pela presença da Marinha/CADIM de 1971 até a atualidade.

No primeiro momento pode-se destacar o impacto sócio-produtivo após a instalação do entreposto negreiro na Ilha, uma vez que a fazenda do comendador Breves trouxe um significativo número de escravos para a Ilha. A presença desse contingente de africanos introduziu na região novos valores e culturas que não faziam parte da identidade caiçara do Sul Fluminense. A fazenda cafeeira e o entreposto negreiro do comendador Breves trouxeram para a cultura dos ilhéus novas técnicas produtivas. Com o fim dessa estrutura, em 1888, com a abolição da escravidão e um

ano depois, com a morte do Comendador, os ilhéus, juntamente com grande parte da população da Ilha agora negra, absorveram e adaptaram diversas técnicas produtivas ao seu sistema agrícola, conforme se verá adiante.

A segunda intervenção institucional importante na configuração espacial, produtiva e identitária do grupo caiçara da Ilha é a instalação da Escola de Pesca Darcy Vargas, durante o Estado Novo. A instalação da escola e do seu aparato produtivo e de assistência social reflete de modo típico o modelo de intervenção característico do paternalismo e do modelo corporativo da Era Vargas, cabendo nesse momento ao Estado uma ação redistributiva, procurando este incorporar grupos ocupacionais marginais à esfera de regulação estatal e proteção sociais, outorgando novos direitos aos trabalhadores (SCHMITTER, 1971). A presença da escola definiu padrões de relação com os habitantes marcados por um modelo paternalista, mas que foi vivenciado pelos moradores como uma “época de ouro”. Pela primeira vez, o Estado aparece diante dos caiçaras como provedor de serviços básicos, como educação, trabalho e saúde, além de novas oportunidades de trabalho e renda. Esse é também o momento em que novos contingentes de população são incorporados à Ilha, vindo de diversas regiões do Brasil, para compor o corpo técnico e de alunos da Escola, alterando assim significativamente as formações étnicas e ocupacionais de seus habitantes, estabelecendo novas clivagens no interior da comunidade caiçara.

No terceiro momento, procuramos descrever o conjunto mais significativo de intervenções institucionais na Ilha da Marambaia – que, sem sombra de dúvida, é o relacionado à Marinha brasileira e, em grau menor, às outras forças armadas – sobre o modo de vida dos caiçaras da Marambaia. Essas intervenções podem ser definidas como simultaneamente *extrativas e regulatórias* e têm profundos efeitos sobre a organização social do grupo caiçara e sobre suas oportunidades de existência. Durante todo o século XX e, mais acentuadamente, a partir da década de 1970, Marambaia sofre um processo de militarização das rotinas sociais básicas. O espaço geográfico da Ilha é esquadrihado e redefinido para servir a propósitos militares, e a presença de seus habitantes é tolerada a contragosto. Direitos civis básicos dos ilhéus, como a liberdade de ir e vir, são severamente limitados, famílias são deslocadas ou expulsas do território da Ilha e as possibilidades de utilização dos recursos naturais da Ilha sofrem uma série de restrições que inviabilizam atividades tradicionais, como o roçado e a criação de animais. A postura autocrática da Marinha impõe aos caiçaras uma existência precária, com oportunidades de ação econômica limitada. Ao mesmo tempo, como única provedora de serviços e equipamentos urbanos básicos, a Marinha constrói

uma rede de relações clientelísticas poderosa, que enfraquece as tentativas de organização da comunidade.

De forma conjugada a esse terceiro momento destacado por nós, outras instituições atuaram de forma direta ou indireta na Ilha da Marambaia, de acordo com as suas políticas. Dentre elas pode-se citar a atuação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com projetos voltados à área de ecologia e botânica e, mais recentemente, na área das ciências sociais. Outra instituição que vem atuando na comunidade da Ilha é a ONG Koinonia, que, junto ao Ministério Público, está buscando o reconhecimento da Ilha da Marambaia como “território negro”, para, com isso, obter a posse da terra no sistema de “uso comum” para os habitantes da ilha. Temos também a participação de empresas como a MBR (Empresa Mineradora do Brasil), que é associada à Vale do Rio Doce e desenvolve projetos de cunho sócio-ambiental na Ilha, como cursos de capacitação de mitilicultores, para construção e gestão de fazendas Marinhas de mexilhões. E, finalmente, tem-se a atuação da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, que administra na Ilha uma escola estadual primária e cursos para comunidade de capacitação ligados à Secretaria de Ação Social.

Contudo, observamos que, ao longo desses três momentos institucionais, os caiçaras moradores da Marambaia foram se adaptando ao ritmo das instituições, principalmente com o intuito de evitar sanções, o que inviabilizaria a sobrevivência na Ilha, uma vez que essas instituições quase sempre tiveram o poder de expulsar aqueles que não se adaptavam ou desobedeciam às regras de bom convívio entre a instituição e os moradores. É certo que essas regras variaram de acordo com a instituição; entretanto, observamos que sem o seu apoio, mesmo indireto, é muito difícil manter qualquer tipo de atividade de produção na Ilha.

Nesse contexto é que melhor compreenderemos que as formas de trabalho e técnicas produtivas, assim como o acervo cultural, que constituem a lógica de produção caiçara na Ilha da Marambaia, vêm sofrendo alterações em decorrência das limitações e oportunidades abertas por agentes externos, sejam eles institucionais ou não.

Segundo Cunche (2002), para Marx assim como para Weber, a força relativa de diferentes culturas em competição depende diretamente da força social relativa dos grupos que as sustentam. Quando falamos de cultura “dominante” ou de cultura “dominada” recorremos a metáforas, pois o que há realmente são grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação uns com os outros.

Nessa perspectiva, uma cultura dominada não é necessariamente uma cultura alienada, totalmente dependente. Assim, afirmamos que uma cultura, em sua evolução,

não pode desconsiderar a cultura dominante (a recíproca também é verdadeira, ainda que em um grau menor), mas pode resistir em maior ou menor escala à imposição cultural dominante, através da adaptação das suas práticas culturais ao meio onde estão inseridas.

Numa análise da situação atual dos caiçaras da Ilha da Marambaia, observamos que eles vivem sob uma política da Marinha/CADIM do dividir e imperar, criando laços de clientela e formas de pressão individualizada. Onde alguns moradores se alinham com a Marinha, em função das oportunidades de trabalho e equipamentos públicos por ela disponibilizados. Ademais, oportunidades econômicas derivadas dos novos projetos incentivados por grupos externos, têm sido apropriadas por grupos específicos, que ora se associam com a Marinha ou com agentes externos para se destacar do restante dos moradores e conseguir tratamentos diferenciados de concessão para produção tanto agrícola como animal.

No meio desse arcabouço institucional encontra-se a maioria da população que até recentemente era inibida pela Marinha/CADIM de se organizar como associação. Sabemos que duas outras recentes tentativas da comunidade de se associar foram frustradas. O único tipo de associação de que os moradores participam é a que envolve a atividade da pesca, como a Colônia de Pescadores de Itacuruçá.

No entanto, a partir do ano de 2002, com a atuação do Ministério Público e da ONG Koinonia, foram abertas novas oportunidades políticas para os moradores se associarem; essa nova formação organizacional, que é a associação de moradores, vem refletindo claramente as clivagens internas do grupo caiçara da Marambaia. Isso decorre da observação de que dentro da própria associação existe, mesmo que inconscientemente, a formação de grupos. Quando um desses grupos se destaca, ocorre freqüentemente a não-participação de outro na reunião e na ajuda na preparação de algum evento. Esse fato é claramente observado quando há excesso de reuniões realizadas em um lado da Ilha, seja ele o lado leste ou o oeste.

3.3. A organização de comunidades tradicionais frente a intervenções institucionais

Os primeiros trabalhos acadêmicos escritos sobre as políticas voltadas às comunidades locais e aos seus habitantes afirmavam que estes eram um obstáculo à organização eficiente e "racional" do uso dos recursos comuns. Havia uma certa convicção por parte dos conservacionistas de que as metas de proteção ambiental e os

interesses das comunidades locais estavam em oposição à conservação e à proteção dos recursos naturais (AGRAWAL, 1999).

Essa representação esquemática foi popularizada pela metáfora da “tragédia dos comuns”, por Hardin² (1968), e serviria como guia para interpretações pessimistas e políticas de restrição de uso de recursos por populações tradicionais.

Contudo observamos que na Ilha da Marambaia, os recursos florestais e pesqueiros foram modificados profundamente pelas instituições que passaram pela Ilha ao longo dos anos. Ao contrário do que afirma Agrawal (1999) no parágrafo anterior, a comunidade local somente participou indiretamente desse processo de mudança da paisagem ambiental da Ilha, uma vez que as ordens partiam das instituições que administravam a Ilha.

Segundo Agrawal (1999), grupos populacionais de tamanho reduzido geralmente não podem defender ou administrar os seus recursos em face de fortes ameaças externas, por estarem, na maioria das vezes, dispersos por grandes áreas. Vale ressaltar que na Marambaia o limite geográfico é muito bem definido pelo mar, por se tratar de uma Ilha, porém a noção de comunidade foi diversas vezes “posta em xeque” pelas clivagens internas do grupo, causadas, na maioria das vezes, pelas instituições externas, com suas políticas de intervenção no sistema social, econômico e cultural da Marambaia. De acordo com o autor, normas e regras bem fundamentadas podem inibir o comportamento de exploração e resistir às tentativas externas à sua modificação. A presença de normas em nível da localidade pode facilitar a administração dos recursos pela própria comunidade, prevenindo certos comportamentos ou encorajando outros.

As instituições poderiam ser vistas como um jogo de regras e normas, formais e informais, que moldam interações entre os homens, entre si e com a natureza. Elas inibem algumas atividades e facilitam outras; sem elas, as interações sociais seriam impossíveis. As instituições promovem estabilidade e consistência nas ações. Elas contrastam com interações políticas incertas entre diferentes atores e processos imprevisíveis nos quais os desempenhos dos atores sociais não seguem nenhuma regra identificável (AGRAWAL, 1999).

Temos de estar atentos, ao analisarmos a organização de comunidades tradicionais, para o fato de que no processo de formação institucional, a cada passo,

² HARDIN, Garrett, 1968 - Tragédia dos comuns (livre acesso) “Escassez dos produtos de uso comum”: Em muitos casos, a tragédia somente ocorreu depois que condições de livre acesso foram criadas, como consequência da destruição de sistemas comunais e pré-existentes de direito de acesso a áreas terrestres e marinhas.

devemos focalizar duas questões: Quem exercitará a autoridade para fazer as regras? E qual será o conteúdo destas regras? Tipicamente, os programas de institucionalização de comunidade tradicionais desenvolvem nos atores locais somente a autoridade de implementar as regras criadas em outro lugar, por agentes externos. As agências do governo, assim como organizações não-governamentais, geralmente reservam para si o direito de criar as regras e arbitrar sobre as disputas entre instituições externas e até mesmo dentro da própria comunidade.

Segundo Agrawal (1999), há argumentos significativos a favor de reconhecer que os atores no espaço local podem ser a fonte mais apropriada a criar regras que englobem uma gama significativa de problemas, por causa das suas informações especializadas sobre o contexto local de utilização dos recursos. Todavia, acreditamos que as agências do governo e outras instituições externas não seriam as mais indicadas a realizarem esse tipo de diagnóstico, por não estarem familiarizadas, na maioria das vezes, com as particularidades dos sistemas de recursos locais.

Num processo de organização comunitária, vale ressaltar a importância da autonomia na tomada das decisões por parte dos habitantes da comunidade. Um exemplo que observamos na Ilha da Marambaia é a recente criação da ARQUIMAR (Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia), num esforço de recuperar o tempo perdido frente à tutela da Marinha/CADIM e com o intuito de reorganizar a comunidade para reivindicar seus direitos sociais básicos, assim como se defender de incursões de agentes externos, institucionais ou não.

Apesar disso, observamos que a criação da associação de moradores na Marambaia foi muito mais um esforço de agentes externos do que iniciativa do próprio grupo caiçara. Um dos motivos para o surgimento da associação foi uma tentativa da ONG Koinonia, junto com os ilhéus, de criar uma característica formal de comunidade para os moradores na Ilha da Marambaia, com a expressão bem marcante de Remanescentes Quilombolas, numa tentativa política de obter, com as autoridades competentes, a posse da terra para a comunidade da Marambaia no sistema de uso comum.

De acordo com Sr. Fabrício, morador e pescador da Marambaia que atualmente é um dos integrantes da diretoria da associação de moradores, “a criação da associação não elimina a necessidade de envolvimento do governo de forma participativa com a comunidade, de modo a proporcionar uma melhor situação para a Marambaia”. Observamos que na Ilha o grau de dependência da população de políticas

básicas de infra-estrutura – como transporte, postos médicos, entre outros – tornou-se muito forte.

4. Conclusão

Demonstramos neste trabalho que, apesar da ausência de incentivos que garantam o desenvolvimento de comunidades tradicionais inseridas em áreas de proteção ambiental, há um movimento do próprio grupo, de resistência e reprodução social, apontando, a necessidade de apoio por parte das instituições de intervenção para este segmento.

Assim, a partir das informações levantadas acerca da maneira como os caiçaras da Ilha da Marambaia, se organizam frente às atividades produtivas, mesmo com a marcante presença regulatória da Marinha do Brasil, mais especificamente do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia.

Após o estudo exploratório, deduzimos que as dificuldades e limitações aumentam à medida que os caiçaras não se alinham com agentes externos para desenvolver qualquer outro tipo de atividade, sendo ela agrícola ou não, ou mesmo a pesca. As limitações sobre a utilização dos recursos naturais e o conflito entre as instituições formais e a comunidade moldaram as formas de produção, assim como o ritmo de vida dos caiçaras da Ilha.

Confirma-se neste estudo que, ao longo das diversas intervenções institucionais, houve uma conformação e diversificação das técnicas tanto de pesca quanto de manejo animal e vegetal, além da interação interinstitucional. Conseqüentemente, estas atividades de produção que antes não faziam parte do acervo cultural caiçara foram incorporadas ao seu *know how* de técnicas.

Por isso, compreendemos que tanto as formas de trabalho, as técnicas produtivas, assim como o acervo cultural dos caiçaras da Marambaia, foram transformados ao longo dos anos por influências dos agentes externos. Contudo, a partir de 1971, essas transformações foram direta ou indiretamente controladas pelo comando do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia/Marinha do Brasil, ou seja, pelo Estado.

Recentemente, a presença de novas instituições na Ilha da Marambaia, além da Marinha/CADIM, abriu aos caiçaras novas oportunidades de estratégias mistas de reprodução social. No entanto, essas estratégias são mutantes de acordo com as oportunidades e pelos constrangimentos moldados pela ação destes atores externos, sendo as iniciativas locais, na maioria das vezes, individualizadas e não coletivas.

Apesar disso, a dificuldade de praticar a “arte da associação” entre os caiçaras da Marambaia se dá em razão da forte presença de uma tradição de clientelismo e paternalismo, alimentada pela Marinha/CADIM, que favorece alguns moradores e não a outros. A presença marcante da Marinha/CADIM, com suas intervenções autoritárias de impacto regulatório define a territorialização das atividades e vem impondo severos limites à reprodução do grupo caiçara. Apesar da contigüidade geográfica – em um espaço limitado a uma Ilha e uma estrutura social relativamente homogênea –, além do conjunto de experiências e modelos culturais comuns, a comunidade caiçara da Marambaia é marcada por clivagens e divisões internas importantes, com múltiplos interesses, que dificultam os processos de ação coletiva no sentido de implementar novas alternativas econômicas. Logo, a política da Marinha/CADIM, do “dividir e imperar” vem dificultando as tentativas organizacionais entre os caiçaras, uma vez que, entre estes alimentam-se sementes de desconfiança acerca das reais intenções dos vizinhos.

Como efeito não antecipado das intervenções mais severas da Marinha/CADIM – porém como reação à forte repressão aos moradores da Ilha, especialmente em relação aos processos de desapropriação dos ilhéus – emergiu de forma clara uma identidade do grupo caiçara na Marambaia. O senso de injustiça alimentou o sentimento de que estavam todos no “mesmo barco”, e num processo de ação coletiva, além do alinhamento com agentes externos como ONG’s e o próprio Estado, na figura do Ministério Público, organizaram-se recentemente em torno da Associação de Moradores da Ilha da Marambaia. Com o surgimento, mesmo que discreto, dessa associação de moradores, é possível que os próximos projetos de intervenção, tanto na área de produção animal quanto na de produção vegetal, sejam conduzidos de modo sustentável e equânime por meio desta organização, abrindo novas oportunidades de ação econômica autônoma para os caiçaras e reduzindo, assim, sua dependência da assistência da Marinha.

Por fim, concluímos que a lógica de produção caiçara na Ilha da Marambaia adaptou-se ao longo do tempo, de acordo com as oportunidades abertas por agentes externos à comunidade. Com o aumento da possibilidade de expulsão da Ilha pela Marinha/CADIM, foram reordenados os conflitos entre os caiçaras, de modo que isso possibilitou a emergência de uma identidade própria e clara de comunidade para o grupo. Essa reorganização comunitária foi essencial aos caiçaras para se posicionarem diante das limitações e oportunidades abertas por agentes externos, no sentido de preservarem a sua lógica de produção, que está intimamente ligada à atividade da

pesca artesanal, respeitando assim suas particularidades, cuja participação da comunidade como sujeito do processo para garantia e valorização dos conhecimentos locais é essencial para a sua autonomia.

5. Agradecimentos

Os autores agradecem à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pelo apoio logístico, assim como a Diretoria da Associação de Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia - ARQUIMAR.

À MBR (Empresa de Mineração Brasileira), principalmente aos técnicos do projeto Fazenda Marinha, pelas informações fornecidas a pesquisa. A Marinha do Brasil especialmente ao CADIM (Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia) do Corpo de Fuzileiros Navais, por tão gentilmente ter cedido o transporte, o alojamento e a alimentação, no período de pesquisa na Ilha da Marambaia/RJ.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior), pelo apoio financeiro durante a maior parte da realização deste trabalho e a UFV (Universidade Federal de Viçosa) pelo apoio na utilização da sua infra-estrutura institucional.

6. Referências bibliográficas

AGRAWAL, A., GIBSON, C. C. Enchantment and Disenchantment: the role of community in natural resource conservation. In: *World Development*, v. 27, n. 4, 1999. p.629-649.

ARRUTI, J. M. (org.) *Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba/RJ*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, Fundação Cultural Palmares, 2003.

BABBIE, E. *The Practice of Social Relations: the structure of inquiry*. 3. ed. California/USA: Wadsworth Publishing Co. Belmont, 1983.

BEGOSSI, A. Resiliência e Populações Neotradicionais: Os Caiçaras (Mata Atlântica) e os Caboclos (Amazônia, Brasil). In: DIEGUES, A. C., MOREIRA, A. C. C. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, sítiantes e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

HARDIN, G. *The tragedy of the commons*. Science - 162, 1968. p.1243-1248.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NÓBREGA, L. A. Marambaia: Imaginário e História In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa: Anais do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2003.

OLIVEIRA, R. R. et al. Roça Caiçara: um sistema "primitivo" auto-sustentável. *Revista Ciência Hoje*, SBPC, v. 18(104), 1994. p. 43-51.

PEREIRA, L. A., XEREZ, R., PEREIRA, A. M. C. Ilha da Marambaia (baía de Sepetiba/RJ): resumo Fisiográfico, Histórico e Importância Ecológica Atual. *Revista Ciência e Cultura*, (SBPC), maio/junho, 1990.

SCHMIDT, C. B. *Lavoura caiçara*. Documentário da vida rural. n. 14. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1958.

SCHMITTER, P. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SELLTIZ, C., WRIGHTS, L. S., COOK S. W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa*. vol. 1. São Paulo: EPU, 1987.

SETTI, K. *Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo: Ática, 1985.

SILVA, T. E. M. Os pequenos pescadores, trabalhadores para o capital. *Encontro de Ciências Sociais e o Mar*. Coletânea de Trabalhos Apresentados. São Paulo: PCAUB/IOUSP/F.FORD, 1989. p.37-48.

SOUZA, J. P., SILVA, D. F., SILVA, J. B., PEREIRA, C. C. Levantamento Etnobotânico dos Fitoterápicos da Ilha da Marambaia. *Anais da XVI Jornada de Iniciação Científica da UFRuralRJ*. v. 11, n. 2. Seropédica: UFRRJ, 2001. p.81-84.

TILLY, C. *Coercion, Capital, and European States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WILLEMS, E. *A Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no Sul do Brasil*. Emilio Willems; Gioconda Mussolini colab.; tradução de Ana Maria Pontifex. – São Paulo: HUCITEC; NUPAUB-USP, 2003. [1ª edição, 1952]